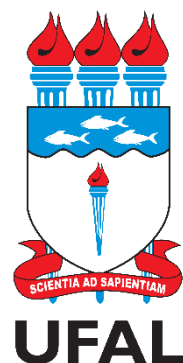


**INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO
ENSINO SUPERIOR: DIAGNÓSTICO E RECOMENDAÇÕES NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**

RELATÓRIO TÉCNICO CONCLUSIVO



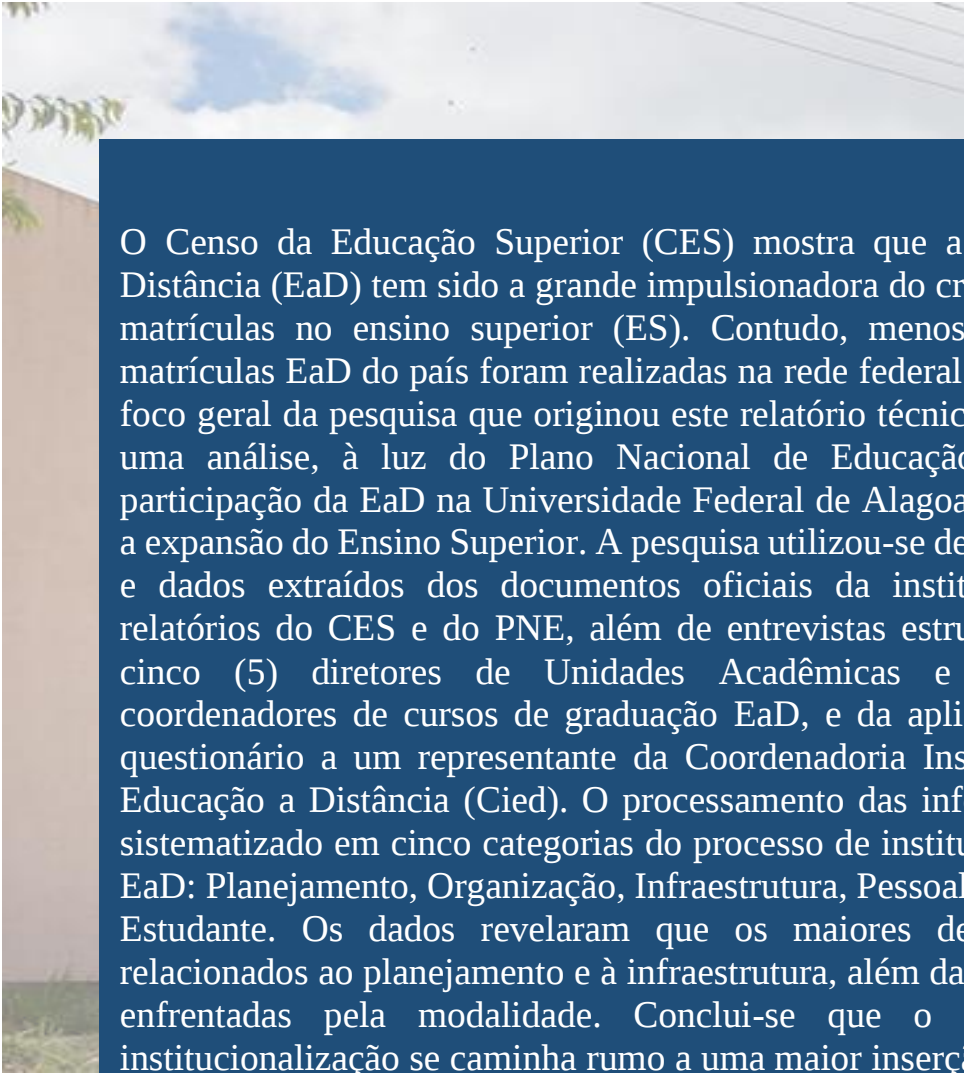
**INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO
ENSINO SUPERIOR: DIAGNÓSTICO E RECOMENDAÇÕES NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**

RELATÓRIO TÉCNICO CONCLUSIVO

RELATÓRIO TÉCNICO CONCLUSIVO APRESENTADO COMO
REQUISITO À OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO PROGRAMA DE MESTRADO
PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM REDE NACIONAL.

MACEIÓ - SETEMBRO - 2024

RESUMO



O Censo da Educação Superior (CES) mostra que a Educação à Distância (EaD) tem sido a grande impulsionadora do crescimento de matrículas no ensino superior (ES). Contudo, menos de 2% das matrículas EaD do país foram realizadas na rede federal de ensino. O foco geral da pesquisa que originou este relatório técnico recai sobre uma análise, à luz do Plano Nacional de Educação (PNE), da participação da EaD na Universidade Federal de Alagoas (Ufal) para a expansão do Ensino Superior. A pesquisa utilizou-se de informações e dados extraídos dos documentos oficiais da instituição e dos relatórios do CES e do PNE, além de entrevistas estruturadas com cinco (5) diretores de Unidades Acadêmicas e cinco (05) coordenadores de cursos de graduação EaD, e da aplicação de um questionário a um representante da Coordenadoria Institucional de Educação a Distância (Cied). O processamento das informações foi sistematizado em cinco categorias do processo de institucionalização EaD: Planejamento, Organização, Infraestrutura, Pessoal e Serviço ao Estudante. Os dados revelaram que os maiores desafios estão relacionados ao planejamento e à infraestrutura, além das resistências enfrentadas pela modalidade. Conclui-se que o processo de institucionalização se caminha rumo a uma maior inserção da EaD na Ufal, o que pode contribuir para maior participação pública na expansão da educação superior.

Palavras-chave: Educação a distância; Plano Nacional de Educação; Educação Superior.

SUMÁRIO

INSTITUIÇÃO/SETOR	4
PÚBLICO-ALVO DA INICIATIVA	4
DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA.....	5
OBJETIVOS	7
ANÁLISE/DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO- PROBLEMA	7
RECOMENDAÇÕES DE INTERVENÇÕES	21
RESPONSÁVEIS E CONTATOS	26
REFERÊNCIAS	27

INSTITUIÇÃO/SETOR

A pesquisa que originou este relatório foi realizada na Universidade Federal de Alagoas – Ufal, uma instituição federal de ensino superior, fundada em 1961 instalada no Campus A. C. Simões, no Campus Ceca em Maceió, e em mais dois campi no interior do estado: Campus Arapiraca e suas unidades em Viçosa, Penedo e Palmeira dos Índios e Campus do Sertão, com sede em Delmiro Gouveia, e unidade em Santana do Ipanema; além de contar como 16 polos de apoio presencial.

Sendo alvo direto da pesquisa apenas as 09 Unidades Acadêmicas (UAs) que ofertam/ofertaram cursos de graduação na modalidade EaD, quais sejam: Centro de Educação (Cedu), Unidade de Arapiraca; Faculdade de Letras (Fale), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (Feac), Instituto de Ciências Sociais (ICS), Instituto de Computação (IC), Instituto de Física (IF), Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente (Igdema), Instituto de Matemática (IM); além da Coordenadoria Institucional de Educação a Distância (Cied).

PÚBLICO-ALVO DA INICIATIVA

Os resultados desta pesquisa podem beneficiar diretamente a atuação de distintos grupos, quais sejam: a Coordenadoria Institucional de Educação a Distância (Cied); os diretores das 09 Unidades Acadêmicas que ofertam/ofertaram cursos de graduação EaD e os Coordenadores dos 12 cursos de graduação EaD já ofertados pela Ufal. Contudo as demais Unidades Acadêmicas que se utilizam ou pretendam introduzir a EaD em seus currículos também podem ser beneficiadas com esta iniciativa.

DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

Nas últimas décadas houve crescimento no número de alunos que aderiram a cursos de Educação a Distância (EaD) no Brasil. A pandemia ocasionada pelo coronavírus intensificou o processo por meio da necessidade da implementação do ensino remoto emergencial em um contexto bem adverso do que tinha sido planejado para a Educação a Distância (Sampaio et al., 2022; Veloso, 2022). Os dados do Censo da Educação Superior de 2022 revelam que o aumento do número de ingressantes entre 2021 e 2022 foi ocasionado pela modalidade a distância (Brasil, 2023).

Neste contexto, verifica-se que a EaD é considerada atualmente uma das alternativas para atender as diferentes necessidades de formação da população (Costa; Cochi, 2014). Algumas políticas públicas foram implementadas ao longo dos anos com vistas a garantir maior democratização no acesso à educação superior (Oliveira e Pochmann, 2019), tanto na esfera pública quanto na privada. Nesse sentido, observa-se que programas como o ProUni (Programa Universidade para Todos) e o Fies (Fundo de Financiamento Estudantil) configuram-se como os principais fomentadores da modalidade na iniciativa privada, enquanto na esfera pública, tem-se a Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Apesar da regulamentação e consolidação da EaD, especialmente por meio de programas como o sistema UAB, ainda há incertezas quanto à continuidade e os destinos da EaD na rede pública no Brasil (Veloso, 2022). Os cortes no financiamento, as resistências quanto à modalidade de ensino, ou mesmo, o engessamento na relação entre o sistema UAB e as Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) acabam por dificultar a adoção de estratégias personalizadas e efetivas à realidade de cada instituição (Veloso, 2022; Matos; Beck; Souza, 2020, Moreira, 2021).

Uma importante ferramenta adotada pelo Estado para a promoção da educação no Brasil foi a implementação do Plano Nacional de Educação (PNE) (2014-2024). Este documento decenal confere ao país a obrigação de planejar ações para o ensino com qualidade para a população brasileira, sendo, portanto, uma política de Estado (Brasil, 2014). No que concerne à Educação

Superior, a Meta 12 do plano tem pretensão de democratizar o acesso ao estabelecer seguintes objetivos: elevar a taxa bruta de matrículas na educação superior para 50%; elevar a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos; e assegurar a expansão com qualidade para, pelo menos, 40% das novas matrículas no segmento público (Brasil, 2014; Caseiro; Azevedo, 2018). Algumas das conclusões que se podem chegar ao analisar os indicadores é que, apesar dos avanços em quase todo o território nacional, os objetivos almejados para a Meta 12 do PNE estão distantes de serem alcançados durante a vigência do plano, revelando-se que as históricas desigualdades regionais e de subgrupos populacionais ainda persistem no país; e que existe redução das matrículas públicas na modalidade EaD em contraste com rápida expansão do segmento privado, influenciando negativamente a participação pública na expansão das matrículas (Brasil, 2024; Caseiro; Azevedo, 2018).

No estado de Alagoas, a Universidade Federal de Alagoas - Ufal, que tem experiência na modalidade antes da criação da UAB, foi uma das instituições que participaram do primeiro edital da UAB. Em seguida, a oferta de vagas foi ampliada, formando mais de 2 mil alunos a partir desse programa. Porém, a partir de 2015 o número de matrículas EaD na Ufal vem diminuindo paulatinamente, devido sobretudo à não adesão ou não abertura recorrentes de editais pela Capes.

Neste contexto, este trabalho visa fornecer informações sobre o cenário atual que se encontra esta modalidade de ensino na Universidade Federal de Alagoas, bem como apresentar e elencar a visão de diversos envolvidos no processo no que tange a questões cruciais da institucionalização da EaD na instituição. Além disso, seus resultados podem contribuir no entendimento de que a expansão da Educação a Distância nas universidades pode ser utilizada como uma política pública propulsora para a democratização da educação superior.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

- Analisar, à luz do Plano Nacional de Educação, a participação da EaD na Universidade Federal de Alagoas para a expansão do ensino superior.

Objetivos Específicos

- Identificar, com base nos Referenciais para o Processo de Institucionalização da EaD da UAB, como a Ufal tem se organizado para expandir a EaD em sua prática institucional.
- Analisar os fatores internos e externos que podem impactar a oferta de novas turmas ou novos cursos EaD na Ufal.
- Analisar, com base nos indicadores da meta 12 do PNE, os dados acadêmicos dos cursos ofertados na modalidade EaD pela Ufal.

ANÁLISE/DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

A pesquisa que originou este relatório técnico configurou-se como de natureza aplicada e finalidade descritiva, utilizando-se de uma abordagem qualitativa. O desenvolvimento do estudo estruturado por duas etapas de pesquisa: pesquisas nos documentos oficiais da instituição e nos relatórios do CES e do PNE, e entrevistas/questionário.

Para obter informações referentes aos aspectos normativos da presença da EaD na Ufal optou-se pela análise dos documentos institucionais, conforme descrito abaixo (Quadro 01).

Quadro 1 - Documentos utilizados na pesquisa

Documento	Normativo	Finalidade
PDI/Ufal (2019-2024)	Resolução nº 34/2019, de 25 de junho de 2019	Orienta as ações institucionais, fornecendo elementos basilares para o planejamento da gestão da administração central, dos campi fora de sede, das unidades acadêmicas (UAs) e de seus cursos técnicos, tecnológicos, de graduação e de pós-graduação entre os anos de 2019 e 2024.
PPI/Ufal	Resolução nº 34/2019, de 25 de junho de 2019	Parte integrante do PDI e deve manter com ele sintonia, no sentido de prover elementos que orientem a gestão da Universidade para a consecução de seus objetivos.
Estatuto da Ufal	Portaria MEC nº 4.067, de 29 de dezembro de 2003	Aprova as alterações do Estatuto da Universidade Federal de Alagoas, com sede e foro na cidade de Maceió, criada pela Lei Federal nº 3.867, de 25 de janeiro de 1961, como uma instituição federal de educação superior pluridisciplinar, de ensino, pesquisa e extensão, mantida pela União, gozando de autonomia assegurada pela Constituição Brasileira, pela legislação nacional e por este Estatuto.
Regimento Geral da Ufal	Resolução nº 01/2006-Consuni/Cepe, de 16 de janeiro de 2006	Homologa o novo Regimento Geral da Universidade Federal de Alagoas, o qual disciplina os aspectos gerais e comuns da estruturação e do funcionamento dos órgãos e serviços da Ufal.
	Resolução nº 77/2023-Consuni/Ufal, de 24 de outubro de 2023	Altera dispositivos do Regimento Geral Ufal, e dá outras providências.
Instrução Normativa Conjunta - Prograd/Cied/Ufal	IN nº 01/2023/Prograd/Cied/Ufal, de 19 de janeiro de 2023.	Regulamenta a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância (EaD) nos cursos de graduação presenciais da Universidade Federal de Alagoas.
Relatórios de Monitoramento do PNE - Inep	Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.	Os relatórios trazem os resultados atualizados dos indicadores das metas do PNE, bem como análises sobre as tendências em cada indicador.
Notas Estatística do Censo da Educação Superior - CES	Decreto nº 6.425, de 4 de abril de 2008.	Apresenta, sinteticamente, os principais resultados extraídos do Censo da Educação Superior. Sem pretender ser conclusivo, destacam-se algumas tendências verificadas ao longo dos últimos anos, ilustradas em gráficos e tabelas.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

O questionário e as entrevistas, foram realizados de forma estruturada e a elaboração das perguntas teve como base os registros referentes às principais problemáticas levantadas durante a construção do referencial do presente estudo, as buscas realizadas nos sítios oficiais da Ufal, bem como as observações realizadas em visita prévia à Coordenadoria Institucional de Educação à Distância – Cied.

As perguntas foram adaptadas a partir das referências apresentadas no quadro 02 Ademais, para facilitar a análise, os questionários foram divididos nos seguintes eixos: planejamento, organização, infraestrutura, pessoal/recursos humanos e serviços ao estudante, conforme Eixos/dimensões de institucionalização da EaD preconizadas Ferreira e Carneiro (2015), adicionados de um eixo para comentários gerais (Quadro 2).

Quadro 2 - Referências utilizadas para a construção dos questionários

Eixos	Principais temas das questões	Referências
Planejamento	Projeção de vagas/cursos de EaD	Veloso (2022)
	Carga horária EaD em cursos presenciais	Brasil (2019); Ufal (2023) Veloso e Mill (2022)
	Representatividade da EaD	Veloso (2022); Brasil (2017)
	Previsão orçamentária para EaD	Veloso e Mill (2022)
Organização	Documentos que normatizam a EaD	Ufal (2006); Ufal (2019); Ufal (2023); Veloso (2022)
	Contribuição da EaD para o presencial	Veloso (2022)
	Organização da unidade gestora de EaD	Veloso (2022); Brasil (2017)
	Autonomia da unidade gestora de EaD	Veloso (2022); Brasil (2017)
Infraestrutura	Infraestrutura da unidade gestora de EaD	Veloso (2022); Brasil (2017)
	Espaços para as atividades presenciais	Veloso (2022)
	Suporte e orientação aos polos	Matos, Beck e Souza (2020)
Pessoal	Equipe de profissionais para suporte à EaD	Veloso (2022); Brasil (2017)
	Docentes exclusivamente na EaD.	Veloso (2022)
	Reconhecimento do esforço docente	Veloso e Mill (2022)
Serviço ao Estudante	Registro acadêmico dos discentes EaD	Veloso (2022); Brasil (2017)
	Acessos e assistência aos discentes EaD	Veloso (2022)
	Participação em projetos de ensino, pesquisa, extensão e iniciação científica	Veloso (2022)
	Qualidade do ensino oferecido na EaD	Marchisotti <i>et al</i> (2022)
	Qualidade dos profissionais formados na EaD e acompanhamento de egressos	Veloso (2022)
Comentários Gerais	Estratégias de institucionalização da EaD	Matos, Beck e Souza (2020)
	Adoção outros modelos de gestão/financiamento da EaD	Matos, Beck e Souza (2020) UFC (2023); Brasil (2017)
	Principais pontos positivos e negativos para a oferta de novas vagas e/ou cursos EaD	Marchisotti <i>et al</i> (2022); Matos, Beck e Souza (2020); Veloso (2022)
	Razões/motivadores para a existência de preconceito/resistência para com a EaD	Marchisotti <i>et al</i> (2022); Veloso (2022); Veloso e Mill (2022)

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Participantes da pesquisa:

- 01 representante da Coordenadoria Institucional de Educação a Distância (Cied). Instrumento respondido: Questionário objetivo.
- 05 gestores de Unidades Acadêmicas com cursos de graduação EaD, sendo 04 diretores, e um vice-diretor, os quais representaram 04 diferentes UAs. Instrumento respondido: Entrevista estruturada.
- 05 coordenadores de cursos de graduação EaD: sendo 01 atual coordenador(a), e 04 ex-coordenadores, os quais representaram 04 diferentes cursos. Instrumento respondido: Entrevista estruturada.

Abaixo encontram-se três subseções com diagnóstico da situação-problema, a partir dos objetivos propostos na pesquisa.

EaD como prática institucional na Ufal

Para abordar a questão de planejamento, organização e infraestrutura da EaD na Ufal revisitou-se o que falam os seus documentos institucionais. Partindo-se do que emana Estatuto da Ufal, verifica-se que o documento traz uma única menção à educação a distância. O Capítulo III, Art. 29, traz que “A Universidade Federal de Alagoas oferece seus cursos nas modalidades: I - presencial; II - a distância” (Ufal, 2006, Art. 29). Já o Regimento Geral da Ufal traz outras menções à EaD e elenca critérios que os cursos oferecidos na modalidade a distância devem obedecer.

O planejamento tem a ver com a inclusão prévia da EaD nos documentos institucionais, como no PDI (Nunes; Silva; Campos, 2021). Neste sentido, verifica-se no PDI que a EaD é mencionada em diversos pontos ao longo do texto, inclusive trazendo uma seção (seção 4.7) específica que discorre sobre a “Oferta da educação a distância na Ufal”. No PDI, menciona-se também temáticas específicas para a viabilização do EaD na Ufal: abrangência geográfica (polos de apoio) distribuídos pelo estado de Alagoas e previsão de expansão; infraestrutura física, tecnológica e de pessoal; o perfil e capacitação dos tutores EaD, bem como os critérios de seleção e contratação; descrição das metodologias e das tecnologias adotadas na EaD e

correlação com os PPCs; e previsão de capacidade de atendimento do público-alvo.

O documento PPI, por sua vez, traz que a Ufal se orienta pelo princípio de adesão à EaD, levando-se em conta o planejamento acadêmico, administrativo e social, de acordo com as demandas locais, buscando transcender o tradicional espaço da sala de aula, mas sem substituir a educação presencial enquanto modalidade prioritária (Ufal, 2019).

Além do regimento e estatuto geral da Ufal, os regimentos internos e planos de desenvolvimento das Unidades Acadêmicas (PDUs) desempenham um importante papel na normatização e no planejamento da EaD, pois elencam as competências das unidades quanto a ofertas dos cursos (Ufal, 2006).

As principais menções desses regimentos internos tratam sobre a representatividade da EaD. Tal aspecto é corroborado com as entrevistas em relatos como: “existe representação por parte do coordenador e do vice. O coordenador é o representante nato do conselho do instituto e o vice é o seu suplente por natureza” e “o estudante do EAD, se ele quiser concorrer ao assento também no conselho, ele pode”.

Em relação ao planejamento, pode-se constatar que algumas unidades ainda não elaboraram os seus novos PDUs, e que estes geralmente repetem informações dos regimentos, não trazendo perspectivas de expansão da modalidade.

Entre os documentos normatizadores da EaD destaca-se a Instrução Normativa Conjunta - Prograd/Cied/Ufal, que regulamenta a oferta de carga horária EaD nos cursos de graduação presenciais, limitando-a em 20% da carga horária total do curso, exigindo-se constar nos PPCs dos cursos (Ufal, 2023).

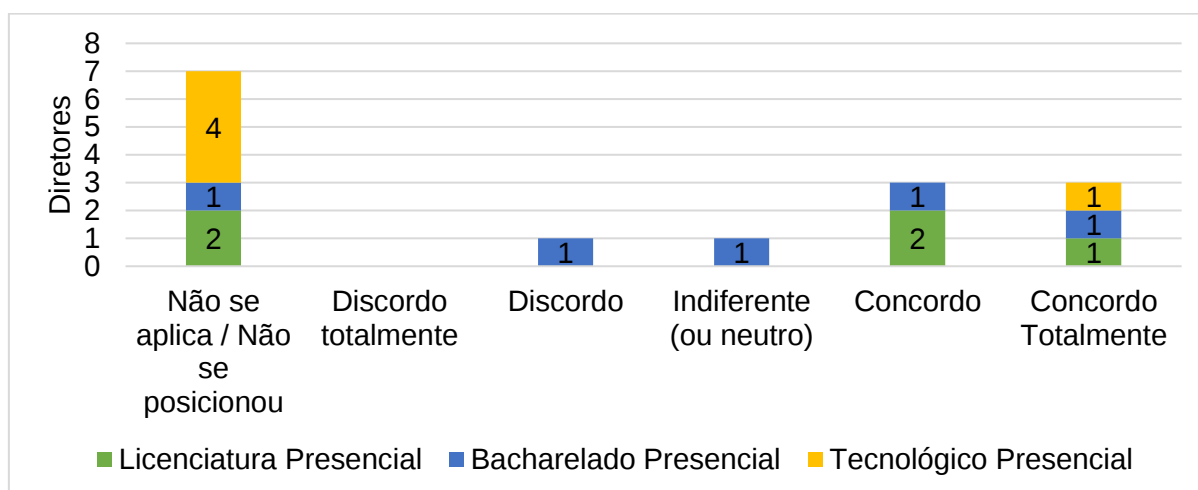
Conforme levantamento nos PPCs de 20 (vinte) cursos presenciais nas UAs que já oferecem cursos EaD, percebe-se que os cursos geralmente abordam a promoção o uso das ferramentas da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) como potencializadoras do processo de ensino-aprendizagem, mas somente 06 (seis) trazem expressamente a utilização dos 20% EaD. Dentre as ferramentas citadas, destaca-se o uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) por meio da plataforma Moodle na oferta de disciplinas ou de outras atividades. Questionou-se, por tanto os gestores das unidades a respeito de atualizações nos PPCs de cursos presenciais

para compor um percentual de EaD nos currículos. O que ficou evidente nas respostas é que há um claro procedimento nos colegiados para aprovação das disciplinas que serão ministradas na EaD. No entanto, a razão pela definição de quais disciplinas serão ministradas nesta modalidade está mais direcionada ao planejamento pessoal do docente que pleiteia, e menos por razões pedagógicas.

Mesmo que não da forma ideal, percebe-se uma abertura por parte das UAs em permitir uso da modalidade EaD no processo de ensino-aprendizagem de conteúdos de algumas disciplinas dos seus cursos presenciais. Para tanto, os colegiados e os Núcleos Docente Estruturantes (NDS) dos cursos vêm, cada um em seu ritmo e em diferentes níveis de discussão, procurando atualizar os seus PPCs para permitir a introdução de um percentual de carga horária EaD, e para isso pode-se contar com a colaboração da Cied.

Diante desta situação questionaram-se os diretores a respeito da concordância em introduzir um percentual de 20% de carga horária EaD nos cursos de graduação presenciais de suas respectivas Unidades Acadêmicas. Mostra-se o número de gestores respondentes que concordam ou não com uma introdução de até 20% de carga horária EaD em cursos cada um dos tipos cursos de graduação presenciais: bacharelado, licenciatura ou tecnológico (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Aceitação dos Diretores sobre a introdução carga horária EaD em cursos presenciais



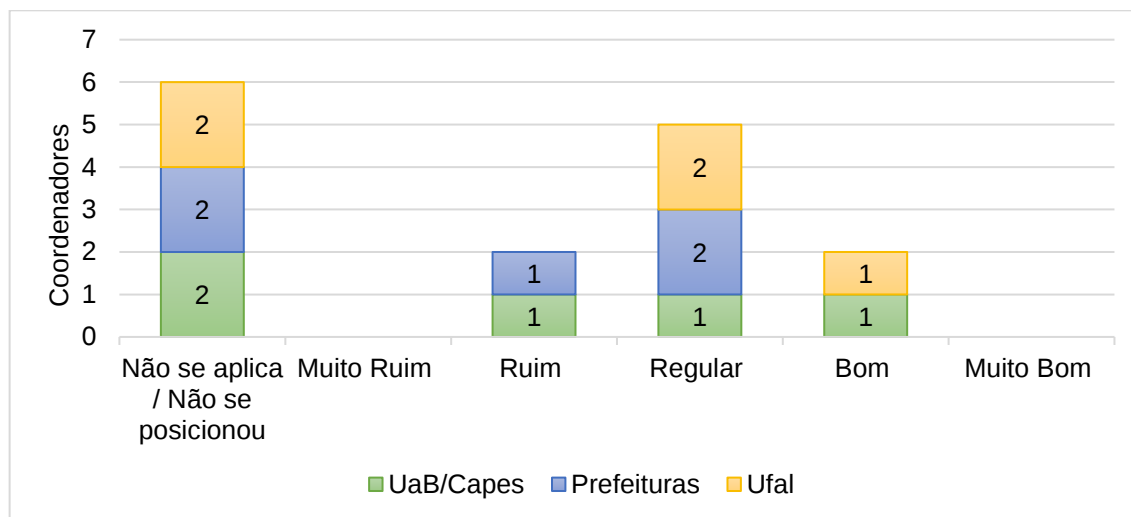
Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Percebe-se o quanto este tema gera opiniões diversas dentro da universidade. Do pondo de vista organizacional constata-se a presença da Cied, como órgão de apoio às atividades acadêmicas, fazendo parte da estrutura da Ufal e coordenada por um representante escolhido por indicação

da reitoria, a quem cabe a responsabilidade pela política de implementação da EaD na Ufal. No que se refere a questão de infraestrutura física e digital disponíveis observa-se que, além das instalações da Cied, a instituição conta com as estruturas dos campi, das unidades educacionais, dos polos de apoio presencial, bem como da estrutura dos serviços públicos estaduais e municipais.

Verificou-se que fazem parte da Cied: ambientes virtuais de aprendizagem, sistema de gestão acadêmica; acervo (repositório)/biblioteca digital; laboratórios virtuais; software e estrutura física para produção de material didático; instalações administrativas e os polos de atendimento presencial. Observa-se que nos campi, nas unidades acadêmicas que ofertam cursos EaD, ou mesmo nos polos de atendimento presencial também eram disponibilizados alguns espaços. Assim, ao avaliar a disponibilização de suporte físico e de condições tecnológicas fornecidos pela UAB/Capes, pelas prefeituras ou outros parceiros e pela própria Ufal para o adequado oferecimento da EaD nos polos de apoio presencial (Gráfico 2), os coordenadores se posicionaram de forma regular, apontando que nem todos os polos ofereciam condições adequadas.

Gráfico 2 - Avaliação pelos coordenadores quanto ao suporte físico e de condições tecnológicas fornecidos à EaD pelos entes colaboradores



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Quanto a categoria de pessoal o que foi constatado é que a Ufal possui um quadro de pessoal similar ao de outras universidades. Na equipe da Cied, verifica-se a presença de docentes, pedagogos, técnico em assuntos educacionais e bolsistas da UAB. E que há certa colaboração dos servidores efetivos técnico-administrativos das UAs na execução das atividades dos cursos

EaD. Para a Capes a presença desses profissionais na unidade gestora é importante para permitir uma “constância no desenvolvimento de ações por parte da IES, bem como uma possibilidade maior de oferta de suporte acadêmico aos professores e estudantes” (Brasil, 2017b, p. 30). Evidencia-se, contudo, que nenhuma das UAs possuem docentes exclusivos para os cursos EaD. Segundo os entrevistados “todos os docentes trabalham no presencial e quando tem aulas EaD é que eles trabalham nos cursos EaD”. Além disso, o esforço docente nem sempre é compensado, já que a carga horária da EaD geralmente não é entra no cômputo de aulas ministradas, sendo possível sua contagem apenas para progressão.

Quanto aos serviços aos discentes, foi verificado que os estudantes da modalidade EaD na Ufal possuem acesso à instituição presencial e podem frequentar bibliotecas e laboratórios, e restaurante universitário, tanto nos campi como nos polos de apoio presencial. Contudo foi verificado, nas falas de diversos entrevistados, que apesar de o acesso ser proporcionado, nem sempre isso acontecia da maneira ideal, pois “só usavam durante as aulas, com os encontros semipresenciais, depois disso eles não frequentavam a universidade”, e essa situação era ainda pior nos polos do interior. Além disso, as atividades de pesquisa e extensão geralmente eram criadas pensando nos alunos do presencial, e da capital, dificultando a participação dos alunos da EaD, especialmente os do interior.

Ao proporcionar esses serviços pode-se desenvolver nesses alunos a sensação de pertencimento à universidade, facilitando a inclusão destes em atividades acadêmicas de pesquisa e extensão. Para Veloso (2022) isso representa avanços importantes, sobretudo com relação à cultura organizacional, superando-se preconceitos e dicotomias que ainda persistem entre as modalidades.

Fatores internos e externos que impactam a oferta EaD

Os gestores também foram inquiridos listar aspectos internos e externos que impactam positiva ou negativamente à manutenção da EaD ou ampliação do número de vagas/cursos EaD na Ufal (Quadro 3).

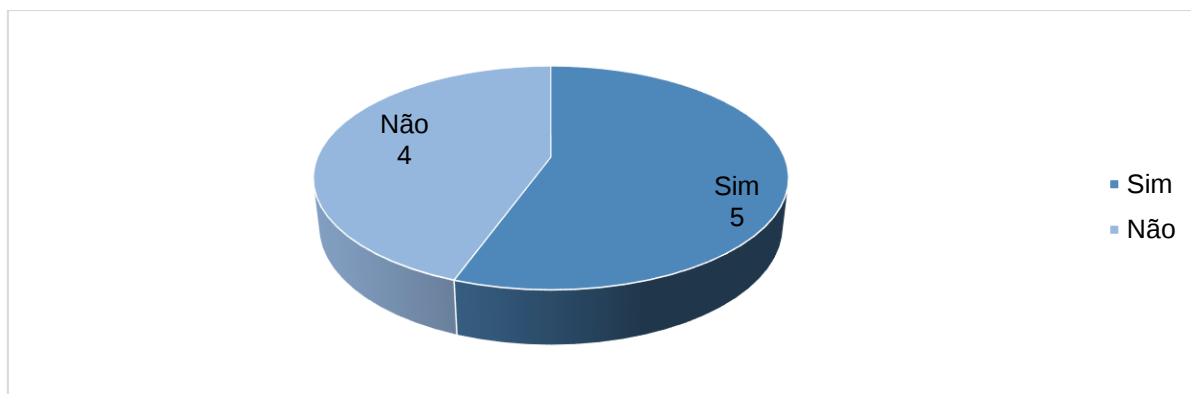
Quadro 3 - Principais subsídios/pontos positivos e problemas/desafios para manutenção da EaD

Impacto	Principais pontos positivos	Principais problemas/desafios
Interno	Curso/Unidade Acadêmica de referência	Regras de experiência mínima que limitam a seleção dos docentes.
	Bom funcionamento do órgão gestor da EaD (Cied)	Dificuldades de infraestrutura: internet, energia;
	Know-how / experiência dos docentes	Logística no deslocamento dos professores para os polos.
	Comprometimento do corpo docente	Falta de padronização em relação ao conteúdo ministrado;
	Crença na proposta da EaD	Não contabilização da carga horária docente ministrada na EaD;
	Estrutura dos laboratórios	Recursos financeiros para viagem aos polos e produção de material didático.
	Flexibilidade na liberação de recursos da UA para os polos	Exclusão de alunos em projetos de iniciação científica e outros
	Ampliação de vagas na UA	Logística no gerenciamento do curso
Externo	Financiamento da modalidade por parte do governo federal	Contrapartida dos polos pelas prefeituras
	Abrangência de geográfica em todo o estado de Alagoas	Necessidade de equipamentos, de laboratório e de monitores.
	Contorna dificuldade de locomoção no interior	Estrutura/Infraestrutura limitada dos polos Espaço físico (salas de aula);
	Possibilidade de adoção de outros modelos de EaD	Logística no transporte de alunos por parte das prefeituras
	Tecnologia avançada	Quantidade limitada de bolsas
	Absorção talentos do interior e de todo o território brasileiro.	Organização e distribuição dos polos longe da capital do estado
	Demanda pelas vagas de forma geral e no interior	Barreira tecnológica e Internet sem qualidade dos alunos e professores
	Capacitação docentes que atuam em escolas públicas	Diferenças no perfil dos alunos do curso EaD em relação ao presencial

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Diante dos desafios relatados julgou-se conveniente também abordar a questão de resistência ou mesmo de preconceitos que porventura a EaD venha a enfrentar no âmbito da instituição. Assim, percebeu-se que dentre os entrevistados 5 (cinco) gestores relataram perceber algum tipo de resistência/preconceitos (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Percepção dos gestores quanto a existência de resistência/preconceito com relação à EaD na instituição



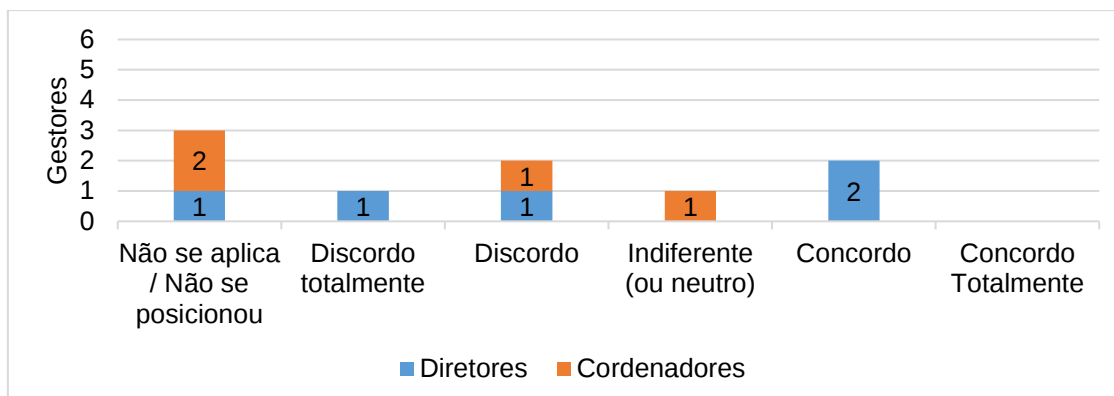
Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Neste sentido, os indicativos da não existência de resistência ou de preconceitos para com a EaD na instituição apontados pelos respondentes são os seguintes: experiência e referência nacional na oferta de cursos EaD, incentivo institucional (apoio da reitoria e dos conselhos das UAs), capacitação dos envolvidos capacitação, envolvimento do corpo docente e organização da estrutura da EaD na instituição (Cied). Foi visto, no entanto que que o motivador mais citado existência de resistência foi a falta de conhecimento (3 respondentes), além da crença na má formação de alunos; da seleção de alunos com baixo nível de aprendizagem; do menor contato com o docente; dos docentes que se posicionam contra a modalidade e do preconceito que existe na sociedade de uma maneira geral. Buscou, a partir das indicações das possíveis razões/motivadores, sugestões dos entrevistados para mitigação disso na Ufal.

Contatou-se que “para resolver isso é realmente com divulgação: divulgando o que é que se faz no curso à distância, os resultados”. Corroborando Marchisotti *et al* (2022, p. 8), para quem a saída é “estimular a divulgação das notas dos cursos junto ao MEC, dos resultados dos alunos nas provas e divulgar casos de sucesso profissional ou acadêmico de alunos egressos”.

Outro ponto abordado sobre a expansão de cursos EaD foi em relação oferta a partir de modelos de gestão/financiamento fora do âmbito do Sistema UAB. Os gestores foram indagados se concordavam com que suas Unidades Acadêmicas expandissem cursos adotando outros modelos de gestão/financiamento que não fosse o atual, o Sistema UAB (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Concordância dos gestores com a expansão da EaD na Unidade Acadêmica por meio da adoção de modelos de gestão/financiamento fora do âmbito do Sistema UAB



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Embora, as opiniões tenham sido variadas, percebe-se que o modelo da UAB se encontra tão enraizado na cultura das universidades que dificilmente se pensa em modelos diferentes. Nota-se, no entanto, a existência de opiniões contrárias ao modelo da UAB, alegando-se, inclusive, que a UAB aqui no Brasil não é de fato uma universidade aberta como seu próprio nome sugere, diferenciando-se totalmente de como é organizada em outras partes do mundo, e das metodologias utilizadas no processo e ensino-aprendizagem. Já sobre a percepção os gestores ao respeito da institucionalização da EaD, mais de 60% dos entrevistados entendem que a EaD não é institucionalizada na Ufal (Quadro 4).

Quadro 4 - Síntese dos indicativos de institucionalização da EaD na Ufal

Indicativos de institucionalização	Indicativos de não institucionalização
Aprovação pelo Conselho	Necessidade de programas de financiamento
Coordenadoria exclusiva para o EaD	Limitação de cursos permanentes de Educação a Distância
Colegiado que gerencia o curso EaD	Não existência de regimento que inclua a contabilização da carga horária EaD como parte da carga horária obrigatória do docente
Assento no conselho da unidade	Necessidade de um quadro maior de docentes na instituição
Constituição dos PPCs	Falta abertura de vagas para docentes envolvidos apenas com cursos EAD
Prédio da Cied está dentro da Ufal	A EaD vista como uma atividade extra que o professor faz por fora
Editais que abertos pela própria Cied com exigência de professores e técnicos da Ufal	A Cied não está vinculada diretamente à Prograd
Tornou-se comum na instituição depois da pandemia	Obstáculos e resistência à EaD apresentados por alguns docentes
Uso de sistema e plataforma online para prova e exercícios no presencial	Falta aprimoramento na seleção de candidatos

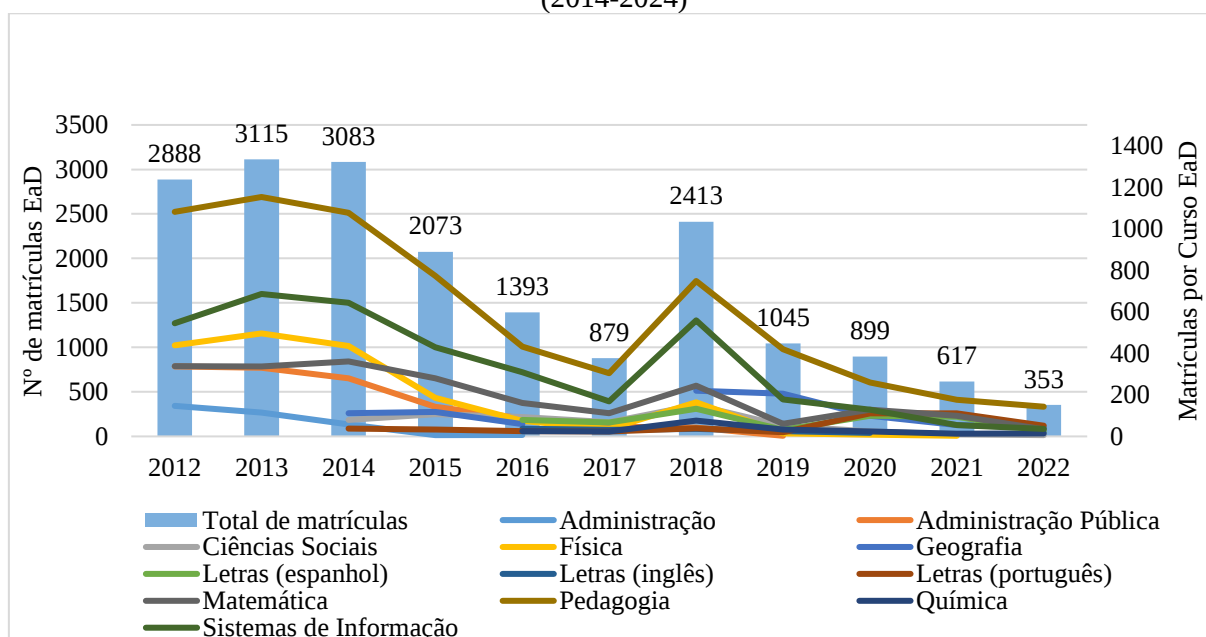
Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

De fato, a institucionalização não é um produto acabado, mas um processo, com progressos e regressos, de incorporação da modalidade no aparato burocrático da instituição. As principais alegações foram as seguintes: a necessidade de programas de financiamento externo, a falta de cursos permanentes, a não contabilização de carga horária EaD dos docentes, a ausência de docentes exclusivos para a EaD e as resistências ou preconceitos já apontados.

A contribuição da Ufal para os índices da meta 12 do PNE

Tentou-se trazer a participação da Ufal para o alcance das metas do PNE, constatou-se que durante o período de vigência do PNE, todos os doze cursos EaD tiveram, em pelo menos um ano da série, alunos matriculados. Porém, alguns cursos tiveram sua oferta encerrada precocemente. Foi o caso do curso (Administração) que não houve ingressantes depois que se iniciou o ciclo do PNE. Outros que houve oferta de apenas uma (Letras inglês) ou duas (Administração Pública, Ciências Sociais, Letras português e Química) turmas. Na verdade, o que foi constatado é que, a oferta foi bastante irregular para todos eles, devido à redução de editais de oferta das vagas EaD a partir no ano de 2016. Isso reflete no número de alunos matriculados (Gráfico 5) nesses cursos, que contou com mais de 3 mil alunos matriculados em 2014 (início do PNE) e o pior ano em 2022 (último censo) com 353 matrículas.

Gráfico 5 - Evolução das matrículas em cursos de graduação EaD na Ufal durante a vigência do PNE (2014-2024)

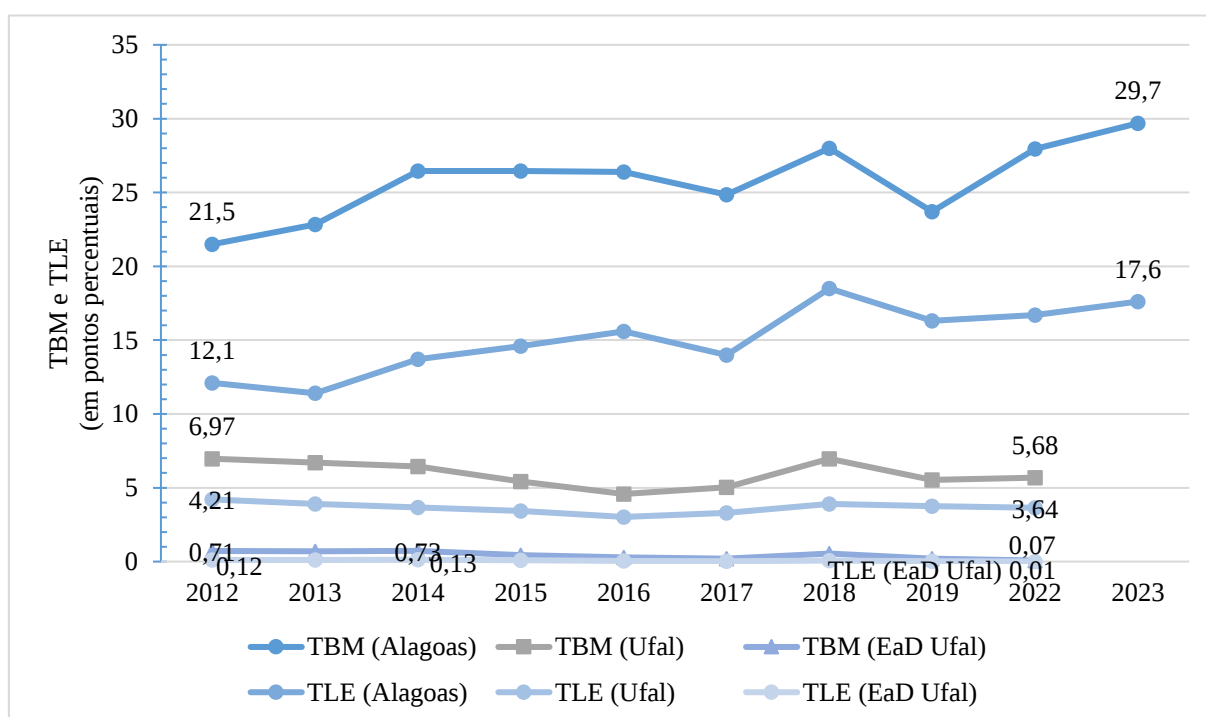


Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Tal decréscimo pode ter afetado a participação da Ufal no alcance da meta 12 do PNE. A Taxa Bruta de Matrícula (TBM) é um dos indicadores da meta 12 do PNE, que tem propósito de indicar a capacidade do sistema de ensino em “ofertar” a educação superior à faixa etária (população de 18 a 24 anos) considerada como adequada para cursá-lo, enquanto a Taxa Líquida de Escolarização (TLE) é um indicador do “acesso” dessa população a este nível de ensino. São, portanto, indicadores de inclusão (Brasil, 2022).

Os dados oficiais do painel de monitoramento do PNE apontam que entre 2012 e 2023, o estado de Alagoas registrou leve alta nesses índices: um crescimento de 8,2 pontos percentuais na TBM e de 5,5 p.p na TLE (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Participação da Ufal nas Taxa Bruta de Matrícula e Taxa Líquida de Escolarização na Graduação do estado de Alagoas durante a vigência do PNE (2014-2024)

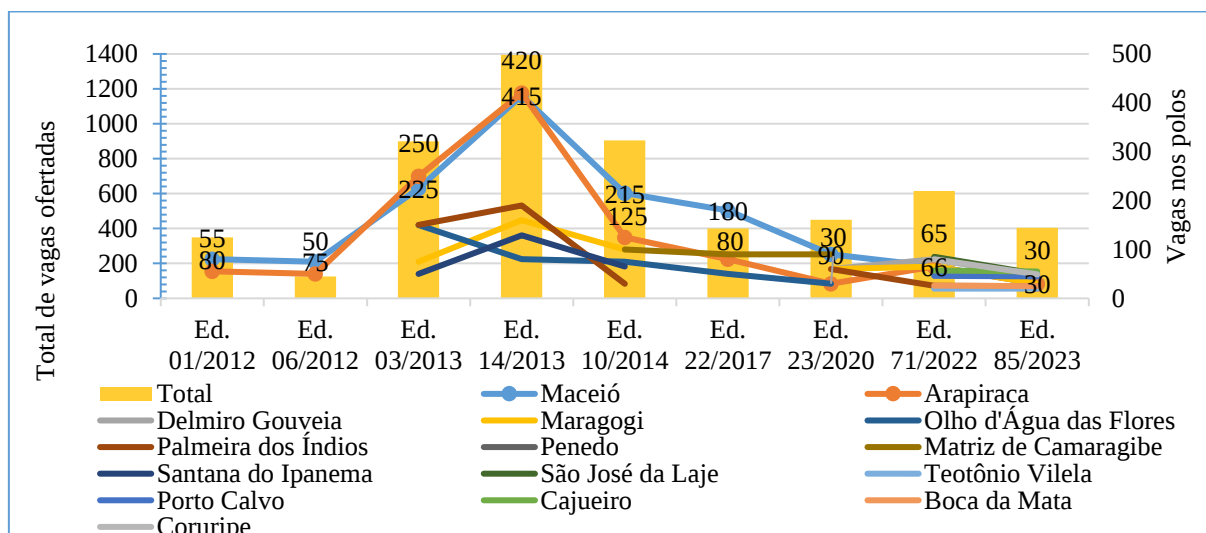


Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Para simular a participação da Ufal no atingimento das metas do PNE, neste trabalho, reelaboraram-se novos índices - TBM (Ufal), TBM (EaD Ufal), TLE (Ufal), TLE (EaD Ufal) - que indicaram que a participação da Ufal regrediu durante o período de vigência do PNE (2014-2024), sendo mais perceptível nos cursos EaD. Como essas taxas retratam o quanto que a Ufal é inclusiva na oferta e acesso da educação superior para a população de 18 a 24 anos, verificou-se que na EaD a Ufal é, ainda, menos inclusiva que o presencial para esta população.

Neste contexto, mesmo com a redução nas desigualdades de acesso proporcionada pelas políticas públicas recentes, como a UAB, a população do interior ainda carece de mais ofertas de vagas nesta na modalidade EaD. Além da diminuição das vagas EaD na Ufal constatada durante nos últimos anos, percebe-se (pelas vagas ofertada dos editais durante a vigência do PNE) que a população do interior de Alagoas pode estar sendo preterida nos cursos desta modalidade. Ao longo do decênio apenas os polos das duas maiores cidades (Maceió e Arapiraca) absolveram juntas quase metade das vagas ofertadas (2.481) em relação aos demais 12 polos juntos (3.063) (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Vagas ofertadas por edital nos polos da Ufal durante a vigência do PNE (2014-2024)



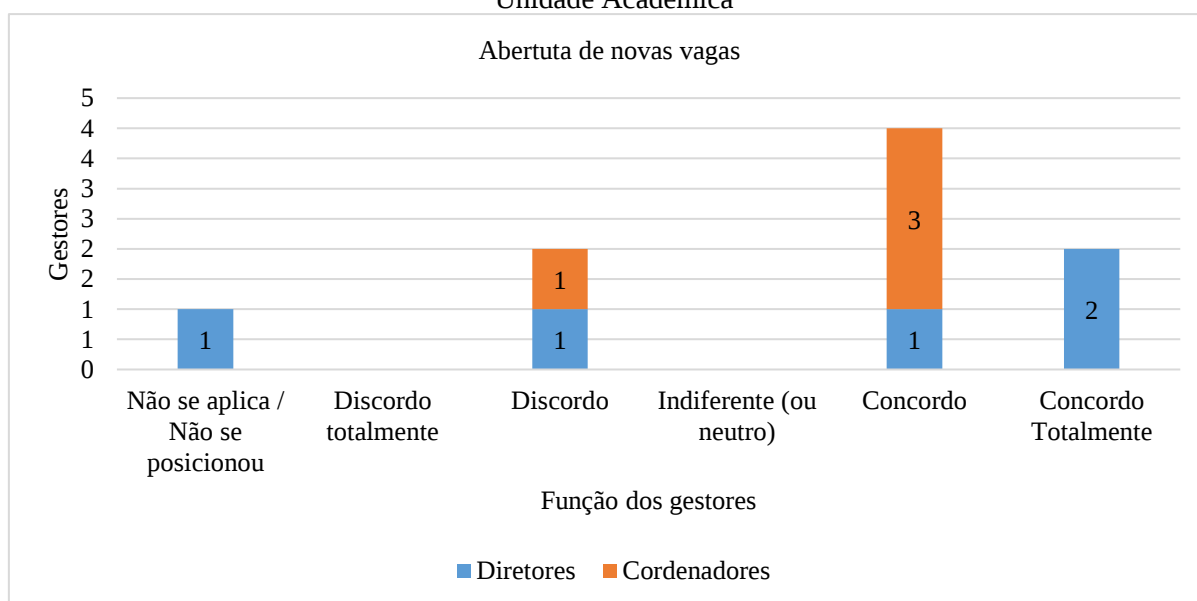
Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Neste sentido, a oferta de mais vagas em cursos EAD para população do interior, especialmente em polos parceiros que ainda não ofertam cursos de graduação EaD, poderia contribuir para a melhoria desses índices, já que um dos objetivos da UAB é justamente “reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País” (Brasil, 2006. Art.1º, I) e é também uma das estratégias do PNE para atingir a meta 12:

Estratégia 12.2: ampliar a oferta de vagas, por meio da expansão e interiorização da rede federal de educação superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do sistema Universidade Aberta do Brasil, considerando a densidade populacional, a oferta de vagas públicas em relação à população na idade de referência e observadas as características regionais das micro e mesorregiões definidas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, uniformizando a expansão no território nacional (Brasil, 2014).

No entanto, apesar das limitações impostas à modalidade, a maioria dos gestores é propensa a oferta de novas vagas em suas UAs (Gráfico 8), alegando que “socialmente falando, é interessante” manter a oferta das vagas, pois existe “uma carência grande no interior, principalmente. É um perfil de aluno que não tem condições de se deslocar para as cidades maiores”. Além disso, “são cursos importantes para atender a população em geral do interior e professores da rede pública que ainda não têm qualificação”.

Gráfico 8 - Aceitação dos gestores sobre a expansão de novas vagas nos cursos EaD ofertado pela Unidade Acadêmica



RECOMENDAÇÕES DE INTERVENÇÕES

A pesquisa que originou este relatório técnico conclusivo surgiu a partir das suposições a respeito do não atingimento das metas do Plano Nacional de Educação - PNE, especialmente a Meta 12, que objetiva expandir as matrículas da educação superior. Alguns questionamentos se afluíram ao perceber que já há alguns anos a modalidade de Educação a Distância - EaD vem sendo utilizada como uma forma de expandir matrículas neste nível de educação, mas que na

Universidade Federal de Alagoas – Ufal, os estudantes dessa modalidade representam cerca de 2% do total de matrícula, fazendo questionar-se: como a Ufal tem planejado a expansão da EaD com vista ao alcance dos objetivos almejados pela Meta 12 do PNE?

Como demonstrado acima, ao explorar o processo de institucionalização da EaD, evidenciou-se que a Ufal possui relevante experiência na oferta de cursos a distância. Porém algumas categorias desse processo necessitam de mais intervenções do que outras para que a institucionalização da EaD de fato aconteça.

Nessa perspectiva, este propõe-se o estabelecimento e a aplicação de um conjunto de diretrizes, orientações e ações, organizacionais, administrativas, pedagógicas e acadêmicas, visando a efetividade de um processo consistente de institucionalização da EAD no âmbito do Ufal. Sugere-se que sejam contempladas as seguintes dimensões:

Atualização de Documentos Institucionais

PDI/PDU: para o processo de institucionalização da EAD, é necessário contar com a inserção de ações de EaD no PDI da Ufal e nos PDUs das Unidades Acadêmicas, visto que a falta de uma manifestação explícita no PDI fragiliza o processo de institucionalização. Aproveitando-se que o atual PDI da Ufal, encontra-se em fase de encerramento e já se começaram os trabalhos para a proposta do novo PDI e PDUs, que deve vigorar nos próximos 5 anos, convém-se colocar a EaD como um dos propósitos para consolidar a expansão da Ufal. Para tanto, os responsáveis (que neste é caso é toda a comunidade acadêmica), deve planejar suas metas e ações futuras, considerando as características, seu contexto, sua realidade regional.

Regimentos: o regimento geral deve constar questões direcionadoras da EaD. Sua atualização, por parte do Consuni e da comunidade acadêmica, se faz imprescindível, principalmente devido ao afloramento, nos últimos anos, de outras metodologias como o ensino híbrido e a ensino remoto. Ademais, as UAs e a Cied, por meio de seus conselhos, com a participação de toda a comunidade acadêmica, devem atualizar (ou criar) seus respectivos regimentos internos de forma refletir a realidade contemporânea.

PPC: o PPC (presencial e EaD), ao que reunir as diretrizes que orientam a prática pedagógica do curso, também precisa ser constantemente atualizado. Como visto, alguns deles nem se que

abordam a introdução de um percentual de carga horária EaD (já aprovado na Ufal). Para tanto, se faz necessário que os colegiados dos cursos e seus NDEs articulem, maneiras de abordar a EaD. Imprescindível, nesse caso, é também colaboração da Cied, como órgão de apoio as atividades de EAD.

Estrutura administrativa

Núcleo gestor da EaD: é importante que a Ufal proporcione em sua estrutura organizacional um ambiente apropriado para as ações em educação a distância. Neste sentido, faz-se importante o fortalecimento da Cied, que é coordenada por um representante escolhido por indicação da reitoria, possui em sua estrutura administrativa as coordenadorias da UAB e da UnaSus, além de uma secretaria e 4 (quatro) núcleos: Núcleo de Projetos e Fomentos (NPFO), Núcleo de Acompanhamento de Polos e Cursos (NAPC), Núcleo de Tutoria e Acompanhamento Discente (NTAD) e o Núcleo de Produção de Materiais e Formação (NPMF). A Cied, é subordinada à reitoria, porém é imprescindível que se tenha uma cadeira junto, ao Conselho Universitário, defender diretamente proposições para a melhoria e expansão da modalidade.

Estrutura física e digital

Física: a Ufal deve manter infraestrutura física adequada à necessidade da EaD. Novamente, prioridade deve ser dada a Cied, no sentido de prover um local exclusivo com maior foco das ações às atividades da EaD. Contudo, outras infraestruturas também devem ser montadas nos campi e nos polos, como: laboratórios, salas de aula e de videoconferência, bibliotecas e espaço para convivência dos alunos e outras instalações administrativas para um melhor atendimento institucional.

Digital: a Ufal deve investir em equipamentos e TDIC e planejar os recursos de tecnologia necessários para suporte às atividades da EaD, mantendo atualizados com os avanços tecnológicos o gerenciamento dos seguintes serviços e ambientes: ambientes virtuais de aprendizagem, sistema de gestão acadêmica acessível, acervo (repositório)/biblioteca digital acessível, serviços de webconferência acessíveis; estúdios para gravação de videoaulas, laboratórios virtuais dentre outros.

Pessoal

Quadro de Pessoal: por mais seja necessária a colaboração de bolsista da UAB, a estrutura da EAD na Ufal deve possibilitar quadro docente e administrativo próprios. Na equipe da Cied, além dos bolsistas da UAB, presencia-se docentes, pedagogos, técnico em assuntos educacionais, porém outros profissionais são desejáveis: revisor/editor de textos, diagramador, ilustrador, programador visual, técnico de ti, técnico de audiovisual, analista de sistemas, roteirista e operador de câmera dentre outros.

Reconhecimento do esforço docente: embora seja premissa que não haja docentes exclusivos para as atividades da EaD na Ufal, isso pode impedir que docentes da EaD possam atuar de forma mais direcionada a realidade posta pela modalidade, já que eles têm que dividir suas atribuições, que por vezes são distintas, entre ambas as modalidades. Como regra geral a carga horária do docente do presencial que atua na modalidade EaD é computada como parte do seu horário de aulas, sendo o recebimento de bolsas o maior empecilho para que isso ocorra. Pensar outros meios de recompensar essa atividade profissional efetivada na EaD, poderia ser um caminho para afastar a sensação de trabalho precário relatada por alguns docentes.

Seleção de profissionais: as regras dos editais de seleção, estabelecendo experiências mínimas para credenciamento de docentes e tutores para atuarem na EaD, ao mesmo tempo que nivela a qualidade dos profissionais, podem ser impeditivos para que outros profissionais da instituição possam também experienciar a modalidade, ou para a livre concorrência de candidatos externos, que poderiam trazer suas experiências vivenciadas em outras lugares para Ufal.

Serviços ao Estudante

Participação plena: de suma importância a participação plena nos discentes. A Ufal deve garantir que os estudantes da EaD tenham os mesmos direitos que os do presencial. Isso pode ocorrer em termos de representatividade, quando lhes é garantida a participação nos colegiados e diretorias acadêmicas, ou em termos de oportunidades, quando lhes são oferecidos aos auxílios estudantis, inclusive para deslocamento para instituição e polos, e a participação de em eventos e projetos de ensino, pesquisa e extensão, inclusive com oferecimento de bolsas.

Qualidade e acompanhamento egressos: a qualidade dos formandos tem muita ligação com a participação plena desses estudantes durante sua vida acadêmica. Embora, verifica-se que muitos cursos tenham obtido conceitos similares aos do presencial em avaliações do Enade, ainda é falho o acompanhamento dos egressos na Ufal, especialmente da EaD. Para tanto, faz necessário o aprimoramento de mecanismos de acompanhamento, como o próprio Portal do Egresso, disponível na página eletrônica da Ufal, por meio das avaliações institucionais.

Modelos de gestão/financiamento

Depender unicamente do financiamento da UAB/Capes para ofertas de cursos EaD torna a perenidade dos cursos insustentável. É recomendável que a Ufal busque outras formas de captação de recursos, como da própria matriz orçamentária ou parcerias com outras instituições/programas. A gestão por recursos próprios, pode permitir à Ufal a criação de novos cursos que não dependam das regras impostas pelos editais da Capes, tornando a Cied e as UAs ofertantes mais autônomas, inclusive, na adoção de abordagens pedagógicas e estratégias, como por exemplo, o ensino híbrido.

Abrangência geográfica/interiorização

Embora a Ufal disponha de uma abrangência geográfica capaz de cobrir todas as regiões do estado de Alagoas com seus 16 polos parceiros. Nota-se que a EaD ainda não chega a todos os lugares. Alguns dos polos não oferecem cursos de graduação (apenas pós-graduação) pela Ufal. Além disso, boa parte dos matriculados estão em polos de grandes centros urbanos, como Maceió e Arapiraca que já oferecem vários cursos presenciais. Sugere-se que a Ufal promova parcerias com municípios que já tem polos UAB, mas não oferecem cursos pela Ufal, ou com municípios que ainda não têm polo, a articulação de novos cursos.

Mitigação de resistências

Disseminação externa: aponta-se um dos motivadores da existência de resistência ou preconceito em relação a EaD muitas vezes é fruto da falta de conhecimento de funciona a EaD. Neste caso, a melhor forma de mitigar seria a divulgação dos resultados e disseminação boas práticas na EaD. Sugere-se que tanto as UAs ofertantes de cursos EaD, como a Cied sejam vetores de disseminação da EaD em seus respectivos campos de atuação. As UAs, podem, por

exemplo, divulgar resultados em eventos ou nas redes sociais ou nas escolas, enaltecendo a qualidade dos profissionais formados. Para tanto, é imprescindível o acompanhamento dos egressos. A Cied, por sua vez, tem todo um meio de tornar visíveis as práticas da EaD, dispondo em sua página eletrônica ou nas redes sociais mais informações, no sentido de dirimir dúvidas em relação ao funcionamento da modalidade.

Disseminação interna: embora seja natural que haja ponderações a se fazer quando da oferta de qualquer curso, seja presencial ou EaD a comunidade interna, especialmente os docentes podem opor resistência a modalidade, seja por falta de conhecimento, por corporativismo a favor do sistema tradicional de ensino, ou outro motivo. O papel pela Cied, novamente se faz importante. Por exemplo, ao propor capacitação, pode-se tornar os profissionais mais com a modalidade.

RESPONSÁVEIS E CONTATOS

MARCO ANGELO XAVIER DE SÁ (marco.angelo@fis.ufal.br)

Mestrando em Administração Pública

Universidade Federal de Alagoas

PROF. DR. MADSON BRUNO DA SILVA MONTE (madson.monte@feac.ufal.br)

Orientador do trabalho

Universidade Federal de Alagoas

DATA DE REALIZAÇÃO DO RELATÓRIO: Setembro de 2024.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. 2014. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/13005.htm. Acesso em: 21 de ago. 2023.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes. **Referenciais para a Institucionalização da Educação a Distância no Sistema UAB.** DED/Capes. 2017. https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/diretoria-de-educacao-a-distancia/uab/24022022_Doc_GT_Institucionalizacaodauab_2017.pdf. Acesso em: 03 de jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação/Gabinete do Ministro. **Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019.** Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.117-de-6-de-dezembro-de-2019-232670913>. Acesso em: 21 de ago. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação.** 2022. Brasília, DF: INEP. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/relatorio_do_quarto_ciclo_de_monitoramento_das_metas_do_plano_nacional_de_educacao.pdf. Acesso em: 21 de ago. 2023.

CASEIRO, Luiz Carlos Zalaf; AZEVEDO, Alexandre Ramos de. A construção dos indicadores de monitoramento da Meta 12 do PNE. In: BOF, Alvana Maria; OLIVEIRA, Adolfo Samuel de. **Cadernos de estudos e pesquisas em políticas educacionais.** Brasília: Inep, v. 1, p. 213-240, 2018. Disponível em: <https://cadernosdeestudos.inep.gov.br/ojs3/index.php/cadernos/article/view/1009/757>. Acesso em: 27 ago. 2023.

COSTA, Célio Juvenal; COCHI, Camilla Barreto Rodrigues. A expansão do Ensino Superior no Brasil e a Educação a Distância: instituições públicas e privadas. **Teoria e Prática da Educação**, v. 16, n. 1, p. 21-32, 2014. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/23756>. Acesso em: 29 ago. 2024.

FERREIRA, Marcelo; CARNEIRO, Teresa C. J. A institucionalização da educação a

distância no ensino superior público brasileiro: análise do Sistema Universidade Aberta do Brasil. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 19, n. 2, p. 228-242, maio/jun. 2015. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2015.192.07/4708>. Acesso em: 31 ago. 2023.

MARCHISOTTI, Gustavo Guimarães; FRANÇA, Sergio Luiz Braga; FARIAS FILHO, Jose Rodrigues de; PINTO, Sandra Regina da Rocha. Diretrizes para a disseminação da educação a distância, a partir da análise do preconceito contra esta modalidade de educação. **Acta Scientiarum**. Education, v. 44, 2022.

MATOS, Roberta Souza; BECK, Gabriela Guichard; SOUZA, Irineu Manoel. A institucionalização da educação a distância nas universidades públicas federais: o caso da Universidade Federal de Santa Catarina. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, p. 186-209, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/72300>. Acesso em: 25 ago. 2023.

MOREIRA, Iracema Eliza de Vasconcellos. **A institucionalização da educação a distância no ensino superior público brasileiro: uma revisão sistemática de literatura**. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/14663>. Acesso em: 11 set. 2023.

NUNES, Andrieli de Fátima Paz; SILVA, Deoclécio Junior Cardoso da; CAMPOS, Simone Alves Pacheco de. Institucionalização da Educação a Distância: em que processo de institucionalização estamos? **Acta Scientiarum**. Human and Social Sciences, v. 43, n. 2, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/actascihumansoc.v43i2.58114>. Acesso em: 11 jan. 2024.

OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de; POCHMANN, Marcio. **Educação Superior brasileira no início do século XXI: inclusão interrompida?** 2019. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/1088834>. Acesso em: 27 ago. 2023.

SAMPAIO, T.; LEVINO, N.; BITTENCOURT, I. M.; MONTE, M. Emergency Remote Teaching during the pandemic: an Analysis of Bibliometric Review. **Interdisciplinary Journal of Applied Science**, [S. l.], v. 6, n. 11, p. 10–21, 2022. DOI: 10.18226/25253824.v6.n11.02. Disponível em: <https://sou.ucs.br/revistas/index.php/ricaucs/article/view/115>. Acesso em: 27 ago. 2023.

UFAL. Universidade Federal de Alagoas. **Estatuto e Regimento da Ufal**. Maceió: 2006. Disponível em: https://ufal.br/transparencia/institucional/Estatuto_Regimento_Ufal.pdf/view. Acesso em: 11 set. 2023.

UFAL. Universidade Federal de Alagoas. **Instrução Normativa Conjunta nº 01/2023/Prograd/Cied/Ufal, de 19 de janeiro de 2023**. 2023. Regulamenta a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância (EaD) nos cursos de graduação presenciais da Universidade Federal de Alagoas. Ufal. 19 jan. de 2023. Disponível em: <https://ufal.br/estudante/graduacao/coordenacoes/instrucoes-normativas/in-sobre-ead-nos-cursos-presenciais.pdf/view>. Acesso em: 12 jan. 2024.

UFAL. Universidade Federal de Alagoas. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI): Período 2019-2024**. Maceió: jun. 2019. Disponível em: <https://pdi.ufal.br/pdi-2019-2023>. Acesso em: 11 set. 2023.

UFC. Universidade Federal do Ceará. Gabinete do Reitor. **Ofício nº 567/2023/GR/REITORIA, de 16 de novembro de 2023**. Fortaleza: UFC, 16 nov. 2023. Disponível em: https://www.ufc.br/images/_files/231124_oficio_uab_ufc.pdf. Acesso em: 12 jan. 2024.

VELOSO, Braian Garrito. **Incorporação orgânica da educação a distância nas universidades públicas. 2022. Tese de Doutorado**. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos - São Carlos. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/16143>. Acesso em: 11 jan 2023.

VELOSO, Braian; MILL, Daniel. Institucionalização da educação a distância pública enquanto fenômeno essencialmente dialético. **Educação em Revista**, v. 38, p. e33842, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-469833842>. Acesso em: 11 jan 2023.